



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 36, DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2875, de 2025, que Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Rodrigo Pacheco

27 de agosto de 2025



PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.875, de 2025 (PL nº 7.906, de 2014, na Câmara dos Deputados), do Tribunal Superior do Trabalho, que *cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*.

Relator: Senador **RODRIGO PACHECO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame o Projeto de Lei (PL) nº 2.875, de 2025 (nº 7.906, de 2014, na Câmara dos Deputados), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o objetivo de criar cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, sediado em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

O art. 1º da proposição cria 21 (vinte e um) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no TRT da 3ª Região.

O art. 2º determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que se originar da aprovação deste projeto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 3ª Região no orçamento geral da União.

O *caput* do art. 3º condiciona a criação dos cargos objeto deste PL à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual (LOA) com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do art. 169 da Constituição Federal (CF). No entanto, prevê o parágrafo único desse artigo que, se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da LOA correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.



Finalmente, o art. 4º estabelece o início da vigência da futura Lei a partir da data de sua publicação.

Ao justificar o projeto, o Senhor Ministro-Presidente do TST afirma o seguinte:

Os cargos de Juízes propostos são necessários para compor as 21 Varas do Trabalho criadas no TRT com a edição da Lei nº 12.616/2012 e encontra respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que estabelece critérios para a criação de cargos de Juiz em Varas do Trabalho.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como o cenário socioeconômico do Estado de Minas Gerais, exigem providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo PL em exame, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, *b*), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em observância ao disposto no inciso IV do art. 79 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências*. Na sessão de 19 de agosto de 2014, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0007100-79.2013.2.00.0000, a criação de 21 (vinte e um) cargos de Juiz do Trabalho Substituto no TRT da 3ª Região.

Quanto à regimentalidade, o PL observa as normas regimentais desta Casa aplicáveis à tramitação de proposições dessa espécie legislativa, não havendo, ademais, reparos a fazer quanto à técnica legislativa.



No tocante ao mérito, verifica-se que o PL é justificado pelo aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como pelo cenário socioeconômico do Estado de Minas Gerais, exigindo providências no sentido de dotar a estrutura do TRT da 3ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e à consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência indispensável no sentido de permitir a adequada prestação da justiça trabalhista em todo o território de Minas Gerais sob a jurisdição do TRT da 3ª Região.

Finalmente, quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, já existe, para o exercício de 2025, a previsão orçamentária para a sua efetivação, contida no item 2.6.2 do Anexo V da Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025* (a LOA/2025), em que está prevista a autorização específica de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e o art. 118, inciso IV, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências* (a LDO/2024), relativa a despesas de pessoal e encargos sociais.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.875, de 2025, e no mérito pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Relatório de Registro de Presença****26ª, Extraordinária**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) | | | |
|--|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| EDUARDO BRAGA | PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA | PRESENTE |
| RENAN CALHEIROS | | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| JADER BARBALHO | | 3. MARCELO CASTRO | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO | PRESENTE | 4. JAYME CAMPOS | PRESENTE |
| SERGIO MORO | PRESENTE | 5. GIORDANO | |
| ALAN RICK | PRESENTE | 6. ZEQUINHA MARINHO | PRESENTE |
| SORAYA THRONICKE | | 7. PLÍNIO VALÉRIO | PRESENTE |
| ORIOVISTO GUIMARÃES | | 8. FERNANDO FARIAS | |
| MARCIO BITTAR | PRESENTE | 9. EFRAIM FILHO | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) | | | |
|---|----------|----------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| OTTO ALENCAR | PRESENTE | 1. ANGELO CORONEL | |
| OMAR AZIZ | PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA | PRESENTE |
| ELIZIANE GAMA | PRESENTE | 3. IRAJÁ | |
| VANDERLAN CARDOSO | | 4. SÉRGIO PETECÃO | |
| RODRIGO PACHECO | PRESENTE | 5. MARGARETH BUZETTI | PRESENTE |
| CID GOMES | | 6. JORGE KAJURU | |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | | | |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| CARLOS PORTINHO | PRESENTE | 1. JORGE SEIF | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO | PRESENTE | 2. IZALCI LUCAS | PRESENTE |
| MAGNO MALTA | | 3. EDUARDO GOMES | |
| MARCOS ROGÉRIO | PRESENTE | 4. FLÁVIO BOLSONARO | PRESENTE |
| ROGERIO MARINHO | | 5. JAIME BAGATTOLI | |

| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) | | | |
|---|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ROGÉRIO CARVALHO | PRESENTE | 1. RANDOLFE RODRIGUES | PRESENTE |
| FABIANO CONTARATO | PRESENTE | 2. PAULO PAIM | PRESENTE |
| AUGUSTA BRITO | PRESENTE | 3. HUMBERTO COSTA | PRESENTE |
| WEVERTON | PRESENTE | 4. ANA PAULA LOBATO | |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | | | |
|--|----------|---------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| CIRO NOGUEIRA | PRESENTE | 1. LAÉRCIO OLIVEIRA | |
| ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE | 2. DR. HIRAN | |
| MECIAS DE JESUS | PRESENTE | 3. HAMILTON MOURÃO | PRESENTE |

Não Membros Presentes



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

WELLINGTON FAGUNDES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2875/2025)

NA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR RODRIGO PACHECO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM VOTO CONTRÁRIO DO SENADOR EDUARDO GIRÃO.

A COMISSÃO APROVA O REQUERIMENTO Nº 42, DE 2025-CCJ, DE AUTORIA DO SENADOR RODRIGO PACHECO, DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

27 de agosto de 2025

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7282798572>